

MATTOSO, Kátia M. Queirós. **Ser escravo no Brasil:**  
Séculos XVI-XIX. 1. São Paulo: Editora Vozes, 2017.  
Thiago César dos Santos<sup>1</sup>

A obra *Ser escravo no Brasil*, da historiadora Kátia M. de Queirós Mattoso, foi publicada inicialmente na França, em 1979. Kátia Mattoso foi professora titular nas Universidades Católica de Salvador e Federal da Bahia (1963-1988), professora visitante nas Universidades de Minnessota (1978), Paris IV (1982) e de Columbia (1983), bem como *visiting fellow* na Universidade de Cambridge (Reino Unido). Em 1988, assumiu a cadeira de História do Brasil na Universidade Paris IV - Sorbonne, da qual foi a primeira titular e professora emérita. Dentre suas diversas obras, *Ser escravo no Brasil* teve várias edições em português, francês e inglês. Obra essencial para quem deseja compreender a história do Brasil e da escravidão na América, recebeu nova edição em 2017, agora pela editora Vozes. A atualidade da obra está em propor uma análise sobre o tema a partir de um foco sobre os próprios escravos e libertos e os desafios do processo de inserção nas novas terras da América.

O livro se divide em três grandes partes e estas, por sua vez, em três capítulos menores. Em uma análise geral da obra, percebemos que a autora se dedica a analisar as transformações pelas quais o negro-africano escravizado passou, primeiramente, sua modificação de homem livre em seu continente para cativo no Novo Mundo, e os mecanismos que possibilitaram essa condição; em um segundo momento, suas relações sociais com os demais brasileiros e suas resistências em relação ao sistema escravista vigente, e, por fim, as condições dos alforriados.

Na primeira parte, “Ser vendido como escravo”, Mattoso traça um panorama geral sobre as origens do cativo africano, as diversas etnias que, arrancadas de seu continente, constituíram a força de trabalho e a base da então colônia portuguesa. Ela evidencia quatro grandes ciclos de fornecimento de escravos para o território brasilei-

1 Graduando de História da UNISAGRADO – Bauru/SP. Resenha realizada na disciplina de História da África II, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lourdes M. G. C. Feitosa.

ro: o primeiro, segundo ela, foi o ciclo da Guiné, região que fornecia escravos de várias etnias africanas como os wolofs, mandingos e hauças, em função da necessidade de uma mão de obra que fosse hábil e resistente o suficiente para produzir em solo brasileiro. O segundo ciclo, já por volta do século XVII, foi o do Congo e de Angola, no qual a etnia predominante foi a dos povos Bantos da África Central e Equatorial, considerados excelentes agricultores. Como parte conclusiva dos quatro grande ciclos, as regiões que foram exploradas como fornecedoras desse produto foram a Costa da Mina, no século XVIII, com a predominância de negros sudaneses e, no século XIX, Angola e Moçambique, possessões portuguesas até então, o que facilitou essa importação. Porém, como ressalta a autora, esses ciclos não excluem a permanência do fornecimento das demais regiões, mas implicam em uma predominância quantitativa no fornecimento de escravos de uma região sobre a outra.

A consequência da constituição de uma estrutura escravista afetou não somente o negro em si, mas também toda estrutura política e social do continente africano, como bem ressalta Mattoso: “Impérios e reinos estabelecidos antes da chegada dos europeus desapareceram, dando lugar a novos estados, fundados quase sempre por aventureiros, como foi o caso de Daomé, que nasceu e viveu do tráfico” (MATTOSO, 2017, p. 48). Se houve a desintegração completa de certas estruturas políticas é porque isso convinha e confluía para os interesses do sistema escravista, pois ao ponto certos costumes se desfaziam com a chegada do branco europeu; outros como a escravidão, que existia de forma esporádica e rara no continente, se fortaleceram. Entretanto, segundo a autora, o escravo africano, antes do contato com o europeu era, como dito antes, uma situação rara, e quando existia era integrado à família e não podia ser vendido ou comercializado; era uma escravidão quase patriarcal. A escravidão africana iniciada a partir do século XVI, que utilizava do negro como uma mercadoria, sem quaisquer laços que não os comerciais, foi fruto dos contatos diretos com os europeus que estabeleceram o tráfico nesse continente.

Mattoso trata de uma questão importante para a consolidação do comércio e do tráfico de escravos além-mar. O interesse, tanto por parte de alguns reis africanos quanto dos mercadores europeus em criar e concretizar o sistema escravista era conveniente aos dois lados, pois ao passo que o comerciante europeu adquiriria esse “produto” tão valioso no Novo Mundo, os reis africanos ganhavam com o acesso a produtos de luxo e se livravam de seus adversários ou pessoas indesejáveis que ameaçavam sua autoridade. Isso levaria a

consequências catastróficas, pois houve não só um grande despoamento em certos territórios, como também a dominação de alguns povos fortalecidos pelo comércio sobre outros mais fracos, sem mencionar o constante acirramento e guerras entre os grupos étnicos locais, como uma forma de conseguir escravos para alimentar o sistema escravista. A organização das operações comerciais do mercado de escravos para o Brasil, como mostrado pela autora no decorrer do livro, foi um pacto de interesse mútuo entre as duas partes, na qual o negro africano, que não os reis, foi a vítima, sendo capturado, vendido, revendido, transformado em uma simples mercadoria durante séculos.

As mudanças causadas no Brasil para a adaptação desse modo de produção também foram diversas. O surgimento de empreitadas brasileiras para a captura de escravos, partindo do Estado ou da iniciativa privada, se tornou comum. No âmbito legislativo surgiram leis que visavam assegurar as condições básicas que um navio deveria ter para transportar esses cativos, como a quantidade de alimentos, a presença de medicamentos, etc. Mesmo com essas medidas, a condição do escravo nos navios negreiros era deplorável. Segundo dados levantados pela autora, as taxas de mortalidade beiravam 20% para cada viagem feita, número elevadíssimo. Dando uma perspectiva do próprio escravo sobre essa condição, Mattoso comenta: “O cativo do navio negreiro se expunha a todos os riscos, mostrando-se sem defesas contra a morte: o regime alimentar podia ser bruscadamente mudado; não praticava exercícios físicos; a promiscuidade nos porões era insuportável; o medo e o desespero torturavam seu coração” (MATTOSO, 2017, p. 74).

No primeiro capítulo, a pesquisadora se propõe a analisar duas questões importantes sobre esse tema. A primeira é entender como funcionava o tráfico atlântico e o tráfico interno durante os séculos XVI e XIX em terras portuguesas na América, e, em sequência, compreender a formação do preço dessa nova mercadoria. Abordando a primeira questão, Kátia discorre sobre as causas que levaram ao surgimento do escravismo e ao constante aumento do tráfico no decorrer dos séculos. Iniciado como uma forma de suprir a demanda pela mão de obra nos trabalhos agrícolas, como dito anteriormente, o tráfico negreiro se tornou um mercado lucrativo, pelo qual todo o mecanismo escravista nacional funcionou. Seja de ordem privada ou incentivado pelo Estado, seja interno ou externo, esse comércio assumiu as mais diversas formas com o passar dos anos e, mesmo quando proibido, achou maneiras de se perpetuar. Além do tráfico atlântico, vastamente estudado, a autora destaca o tráfico interno ocorrido no

Brasil, pouco conhecido pelo público geral à época, e que nasceu por consequência das altas de preço desse produto e do surgimento de um elemento especulativo mercadológico do mesmo. A migração interna desses escravos se tornou muito lucrativa, dando-se de acordo com os ciclos do açúcar, ouro e café, que regulavam a demanda para cada região da colônia e estimulavam a migração. Esse tipo de tráfico sempre esteve presente na história da escravidão, porém se tornou uma característica muito presente especialmente no último século desse regime, o século XIX.

Mercadoria valorizada, especulativa, atrativa para investimentos e para a mão de obra, assim foi o africano escravizado durante três séculos da história, a formação do preço, consequência de ser mercadoria, é a última característica analisada pela pesquisadora na primeira parte do livro. O seu valor dependia de várias circunstâncias, como demonstra a autora: “[...] era determinado por variáveis dependentes de sua própria pessoa, tais como: idade, sexo, saúde, qualificação profissional. Outras, porém, totalmente externas a ele, também participavam na formação do preço: a concorrência, a distância entre os portos de embarque e desembarque, a especulação e a conjuntura econômica” (MATTOSO, 2017, p.101). A formação do preço concretizava a transformação total do ser humano em coisa, do negro africano em objeto, em mercadoria.

Na segunda parte da obra, a historiadora se debruça a entender as relações sociais, privadas e públicas, do cativo africano no território brasileiro, as possíveis formas de ascensão social dessa classe e as diversas formas de resistência perante o sistema vigente.

No início do segundo capítulo, a autora trata das relações dos cativos entre si, dando ênfase àquilo que ela nomeia de relações de solidariedade. Esses laços fraternos, como destaca Kátia, eram capazes de suprir, pelo menos parcialmente, os vácuos afetivos deixados pela completa dissolução da estrutura familiar africana, na qual o negro se inseria, de forma que os escravos que, em terras brasileiras, mantinham laços sociais mais fortes com seu grupo, tornavam-se mais felizes, condição importante para resistir à opressão do sistema.

Arrancado de sua antiga família, de tipo patriarcal e numerosa, o escravo se viu sozinho no Novo Mundo e buscou rapidamente fortalecer vínculos ao menos amigáveis com seus novos companheiros. Essas relações solidárias eram extremamente importantes para a sobrevivência, ao passo que significavam para o negro uma esperança de estabelecer nesse novo continente sua antiga família e seus costumes, rompidos com sua partida. Observando atentamente as descrições da autora, percebemos que essas relações foram bem-sucedidas

em alguns pontos, não formando uma família propriamente dita, mas uma relação de compadrio entre os escravos, de forma que cooperavam entre si para obter suas alforrias e resistir aos seus senhores. Dessas relações poderiam surgir grandes amizades e verdadeiros vínculos afetivos visando a busca pela liberdade e a cooperação mútua entre as partes. Vale ressaltar que a solidariedade não se restringia apenas às relações privadas, ao contrário, os vínculos fraternos dessa comunidade fizeram surgir mecanismos de assistência, como eram as chamadas confrarias, instituições estabelecidas em meio a sociedade brasileira e que refletiam esse sentimento. Essas entidades, geralmente formadas por negros libertos, eram responsáveis por comprar cartas de liberdade, mediar conflitos entre escravos e senhores e acolher cativos abandonados pelos seus antigos proprietários.

A solidariedade e a cooperação se tornaram para os africanos formas de resistência perante o sistema escravista imposto e perpetuado no Novo Mundo. Essas resistências, como demonstrado no decorrer do capítulo, assumiam as mais diversas formas e poderiam ser tanto pacíficas, como eram os casos das sabotagens e das fugas, quanto extremamente violentas, como eram as revoltas e os justicamentos. Casos mais extremos como os suicídios também se tornaram comuns a partir de certo período. Nesses casos, o escravo, para dar fim à sua condição deplorável de vida, recorria à geofagia ou mesmo à asfixia.

Quando bem-sucedidas, as resistências significavam uma vitória do escravo diante da sociedade em que vivia. A fuga, forma mais comum de revolta, deu origem aos famosos quilombos, esconderijos que abrigaram centenas e até milhares desses escravos fugidos. Esses refúgios possibilitaram aos cativos um retorno às práticas africanas e a volta do antigo modo de organização social africana.

Na terceira e última parte do livro intitulada “Não ser escravo?”, Mattoso trata do tema da liberdade. Apresenta quais eram as perspectivas do escravo em relação a liberdade, os meios que dispunham para alcançá-la e, por fim, a sua situação após a alforria, mais precisamente como foi sua integração na sociedade brasileira após sua liberdade.

Para alcançar a liberdade, o escravo dispunha, ao longo dos séculos, de alguns aparatos legais, dentre eles a alforria, presente desde o início da escravidão, e as Leis promulgadas pelo Império, datadas de 1885 e 1871, denominadas respectivamente como lei dos sexagenários e lei do Ventre Livre. Como explica a autora, esses meios pelos quais os escravos poderiam obter sua liberdade eram extremamente precários e possuíam muitas brechas, o que facilitava ao seu senhor ludibriá-los e perpetuar a escravidão.

Ao analisar esses dois decretos, nota-se que pelas cláusulas era muito difícil para o escravo tornar-se liberto. Como diz Mattoso sobre a lei do ventre livre: “Todavia, a lei era menos liberal do que parecia. Na verdade, essa liberdade concedida aos recém-nascidos vinha acompanhada de terríveis cláusulas restritivas” (MATTOSO, 2017, p. 199). Essas cláusulas estipulavam manter a criança sobre tutela e a serviços do seu senhor até os 21 anos ou então ir para as instituições de caridade, onde persistiria o trabalho foçado e ainda pior, romperia com os laços protetores de sua mãe. Já a primeira lei, a dos sexagenários, segundo a historiadora: “previa também que o escravo alforriado devia indenizar o seu senhor e que, se fosse incapaz de fazê-lo em dinheiro, deveria servi-lo por mais três anos” (MATTOSO, 2017, p. 202), isso quando os escravos tinham ciência de seus direitos e exigiam de seus senhores o cumprimento dos decretos, o que geralmente não ocorria.

Além das brechas presentes nas leis, a alforria também era frequentemente fraudada pelos senhores mal-intencionados. Segundo a autora, mesmo quando o cativo obtinha legalmente sua alforria, ou seja, quando recebida de seu senhor por meio da compra ou do bom serviço prestado, poderia voltar à sua situação de submissão se assim o senhor quisesse devido à grande instabilidade jurídica dessa carta.

Pensando sobre a integração do escravo, principalmente após sua libertação, é interessante notar que esse processo não foi algo homogêneo em todo o país. Houve, portanto, regiões em que o liberto se integrou facilmente à cultura e ao povo local, como é o caso de Salvador, enquanto em outras regiões, como São Paulo, ele era frequentemente marginalizado e ocupava, novamente, a pior posição no estrato social.

Portanto, a liberdade para o escravo, quando atingida após inúmeras dificuldades, poderia ser mais um empecilho, pois o lançava novamente em um mundo desconhecido, sem qualquer forma de subsistência, antes provida pelo senhor, como afirmado pela autora: “A abolição não trazia consigo nenhuma garantia de segurança econômica, nenhuma assistência aos milhares de escravos libertados. Lei dourada, lei áurea de fato, mas que deixava à própria sorte o libertado” (MATTOSO, 2017, p. 260). Assim, os antigos africanos saíram da condição de escravo; para se tornarem novamente trabalhadores rurais, vivendo na miséria e marginalizados, porém, agora possuíam salário e uma pequena terra, da qual não sabiam cultivar racionalmente.

Considerado por muitos historiadores como o assunto mais importante da história do Brasil, a escravidão é, sem dúvidas, um

tema essencial para a compreensão da sociedade brasileira desde sua formação até os dias atuais. As dezenas de etnias africanas que estiveram em território brasileiro legaram uma gama de elementos religiosos, culturais e linguísticos que se fazem presentes no cotidiano do povo brasileiro. Além disso, resquícios da escravidão perpetuam-se até hoje e são objetos de calorosos debates no meio acadêmico e político, como é o caso da desigualdade e do racismo, instituídos no Brasil pela escravidão e perpetuados ao longo dos séculos. É nesse sentido que a obra de Kátia se destaca; a autora propôs uma reflexão sobre o tema que ainda é extremamente atual, demonstrando não só as influências africanas na cultura brasileira, como também as consequências da má inserção dessa classe na sociedade, o que causou, como é notável atualmente, grandes problemas sociais e que devem ser compreendidos a partir de suas bases históricas.

Sobre a obra em si, pode-se pontuar algumas coisas. Apesar de tratar de um tema complexo e abordar um longo período histórico (séculos XVI-XIX), a autora, através de uma linguagem simples e elucidativa e de uso de dados e tabelas representativas, torna o assunto de fácil acesso para pessoas leigas no assunto. Contudo, isso não é demérito da obra e não a torna menos interessante ou importante no ambiente acadêmico, ao passo que oferece uma nova perspectiva para entender a escravidão e apresenta dados valiosos para um entendimento mais completo do que foi a estrutura e o regime escravista no Brasil.

É interessante notar que a autora faz não só uma análise histórica, mas também econômica e psicológica de toda essa situação, o que torna a obra muito mais rica em relação a outras do mesmo período. A apresentação de números, porcentagens e dados concretos de documentos permitem compreender a real e complexa dimensão da escravidão no Brasil. Em passagens nas quais descreve a situação dos escravos enclausurados nos navios negreiros, ou o sofrimento após o desembarque, Mattoso proporciona ao leitor a visão do próprio africano, objetivo proposto por ela no início.

Portanto, *Ser escravo no Brasil* ainda é uma obra relevante para aqueles que querem compreender a História do Brasil sob uma perspectiva social e econômica. Contribui ricamente para as pesquisas acadêmicas sobre o assunto e para o seu uso na docência, ao passo que, como dito antes, fornece uma visão ampla para o público em geral, concreta e de fácil entendimento do que foi ser escravo no Brasil.

